



Por um Ministério Público
mais forte.



Conselho
Nacional do
Ministério Público

Simulado Final **CNMP**

Analista - Apoio Jurídico – Direito
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final - CNMP (Analista - Apoio Jurídico)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CNMP (Analista - Apoio Jurídico);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CNMP-Analista-08-04>

01 - <input type="radio"/> CE	16 - <input type="radio"/> CE	31 - <input type="radio"/> CE	46 - <input type="radio"/> CE	61 - <input type="radio"/> CE	76 - <input type="radio"/> CE	91 - <input type="radio"/> CE	106 - <input type="radio"/> CE
02 - <input type="radio"/> CE	17 - <input type="radio"/> CE	32 - <input type="radio"/> CE	47 - <input type="radio"/> CE	62 - <input type="radio"/> CE	77 - <input type="radio"/> CE	92 - <input type="radio"/> CE	107 - <input type="radio"/> CE
03 - <input type="radio"/> CE	18 - <input type="radio"/> CE	33 - <input type="radio"/> CE	47 - <input type="radio"/> CE	63 - <input type="radio"/> CE	78 - <input type="radio"/> CE	93 - <input type="radio"/> CE	108 - <input type="radio"/> CE
04 - <input type="radio"/> CE	19 - <input type="radio"/> CE	34 - <input type="radio"/> CE	49 - <input type="radio"/> CE	64 - <input type="radio"/> CE	79 - <input type="radio"/> CE	94 - <input type="radio"/> CE	109 - <input type="radio"/> CE
05 - <input type="radio"/> CE	20 - <input type="radio"/> CE	35 - <input type="radio"/> CE	50 - <input type="radio"/> CE	65 - <input type="radio"/> CE	80 - <input type="radio"/> CE	95 - <input type="radio"/> CE	110 - <input type="radio"/> CE
06 - <input type="radio"/> CE	21 - <input type="radio"/> CE	36 - <input type="radio"/> CE	51 - <input type="radio"/> CE	66 - <input type="radio"/> CE	81 - <input type="radio"/> CE	96 - <input type="radio"/> CE	111 - <input type="radio"/> CE
07 - <input type="radio"/> CE	22 - <input type="radio"/> CE	37 - <input type="radio"/> CE	52 - <input type="radio"/> CE	67 - <input type="radio"/> CE	82 - <input type="radio"/> CE	97 - <input type="radio"/> CE	112 - <input type="radio"/> CE
08 - <input type="radio"/> CE	23 - <input type="radio"/> CE	38 - <input type="radio"/> CE	53 - <input type="radio"/> CE	68 - <input type="radio"/> CE	83 - <input type="radio"/> CE	98 - <input type="radio"/> CE	113 - <input type="radio"/> CE
09 - <input type="radio"/> CE	24 - <input type="radio"/> CE	39 - <input type="radio"/> CE	54 - <input type="radio"/> CE	69 - <input type="radio"/> CE	84 - <input type="radio"/> CE	99 - <input type="radio"/> CE	114 - <input type="radio"/> CE
10 - <input type="radio"/> CE	25 - <input type="radio"/> CE	40 - <input type="radio"/> CE	55 - <input type="radio"/> CE	70 - <input type="radio"/> CE	85 - <input type="radio"/> CE	100 - <input type="radio"/> CE	115 - <input type="radio"/> CE
11 - <input type="radio"/> CE	26 - <input type="radio"/> CE	41 - <input type="radio"/> CE	56 - <input type="radio"/> CE	71 - <input type="radio"/> CE	86 - <input type="radio"/> CE	101 - <input type="radio"/> CE	116 - <input type="radio"/> CE
12 - <input type="radio"/> CE	27 - <input type="radio"/> CE	42 - <input type="radio"/> CE	57 - <input type="radio"/> CE	72 - <input type="radio"/> CE	87 - <input type="radio"/> CE	102 - <input type="radio"/> CE	117 - <input type="radio"/> CE
13 - <input type="radio"/> CE	28 - <input type="radio"/> CE	43 - <input type="radio"/> CE	58 - <input type="radio"/> CE	73 - <input type="radio"/> CE	88 - <input type="radio"/> CE	103 - <input type="radio"/> CE	118 - <input type="radio"/> CE
14 - <input type="radio"/> CE	29 - <input type="radio"/> CE	44 - <input type="radio"/> CE	59 - <input type="radio"/> CE	74 - <input type="radio"/> CE	89 - <input type="radio"/> CE	104 - <input type="radio"/> CE	119 - <input type="radio"/> CE
15 - <input type="radio"/> CE	30 - <input type="radio"/> CE	45 - <input type="radio"/> CE	60 - <input type="radio"/> CE	75 - <input type="radio"/> CE	90 - <input type="radio"/> CE	105 - <input type="radio"/> CE	120 - <input type="radio"/> CE

LÍNGUA PORTUGUESA**Fabrizio Dutra**

A democracia é um sistema político que tem como base a participação popular e a defesa dos direitos civis. A tecnologia, por sua vez, é um conjunto de ferramentas e técnicas utilizadas para melhorar a qualidade de vida da sociedade. Ambos os conceitos têm impactado significativamente o desenvolvimento social e político do mundo contemporâneo.

A tecnologia tem se mostrado uma importante aliada da democracia ao permitir uma maior participação cidadã na tomada de decisões políticas. As redes sociais, por exemplo, têm sido utilizadas como meio de organização e mobilização social, permitindo que cidadãos se manifestem e exponham suas opiniões de maneira mais eficiente e ampla. Isso contribui para uma maior transparência na gestão pública e uma maior fiscalização das ações dos governantes.

No entanto, a tecnologia também pode representar um desafio para a democracia. Com o avanço da inteligência artificial, há o risco de que decisões importantes sejam tomadas por algoritmos e não por seres humanos. Além disso, o uso indevido de informações pessoais na internet pode representar uma ameaça à privacidade dos cidadãos e à liberdade de expressão.

Outro ponto importante a ser discutido é a questão da exclusão digital. Ainda que a tecnologia ofereça ferramentas para ampliar a participação popular, é preciso garantir que todos os cidadãos tenham acesso a elas. A falta de acesso à internet e a falta de conhecimento sobre o uso das tecnologias podem criar barreiras para a participação democrática, reforçando desigualdades e limitando o poder da sociedade civil.

Diante desses desafios, é importante que as políticas públicas estejam atentas ao uso da tecnologia em favor da democracia. É fundamental que sejam estabelecidas regras claras para o uso de dados pessoais e que haja uma regulamentação adequada para garantir a transparência e a responsabilidade no uso de algoritmos. Além disso, é necessário investir em programas de inclusão digital para que todos os cidadãos possam usufruir das ferramentas disponíveis para a participação política.

Em resumo, a tecnologia pode ser um importante instrumento para a ampliação da democracia, mas é preciso estar atento aos seus desafios e limitações. É necessário garantir que as ferramentas tecnológicas estejam a serviço da sociedade como um todo, contribuindo para uma maior transparência e participação popular. A tecnologia deve ser vista como um aliado, mas é importante lembrar que ela não pode substituir o papel fundamental dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

01. O papel dos cidadãos é prescindível na construção de uma sociedade mais justa e democrática, pois a tecnologia não pode substituir o papel fundamental dos cidadãos na construção da democracia.

02. A falta de acesso à internet e a falta de conhecimento sobre o uso das tecnologias não é suficiente para balizar para a participação democrática, reforçando desigualdades e limitando o poder da sociedade civil.

03. As redes sociais têm sido utilizadas como meio de organização e mobilização social, permitindo que cidadãos se manifestem e exponham suas opiniões de maneira mais eficiente e ampla.

04. No primeiro parágrafo, a expressão 'por sua vez' pode ser substituído por 'no que diz-lhe respeito', mantendo a correção e o sentido.

05. Na expressão 'A tecnologia tem se mostrado', no primeiro período do segundo parágrafo, se o pronome 'se' fosse deslocado para depois do verbo 'mostrado', seria provocada uma incorreção gramatical.

- 06.** No primeiro período do segundo parágrafo, poderia ser inserida uma vírgula após 'democracia', com manutenção da correção gramatical.
- 07.** No primeiro período do segundo parágrafo, o termo 'cidadã' poderia ser substituído, com manutenção do sentido, por 'da cidadania'.
- 08.** No segundo período do terceiro parágrafo, o verbo 'há' está flexionado no singular para estabelecer concordância com o substantivo 'risco'.
- 09.** No quarto parágrafo, a expressão 'Ainda que' poderia ser substituída por 'Posto que', com manutenção da correção e do sentido.
- 10.** No quarto parágrafo, a expressão 'garantir que todos os cidadãos tenham acesso a elas' exerce a função de complemento da palavra 'preciso'.
- 11.** No quarto parágrafo, a expressão 'que todos os cidadãos tenham acesso a elas' exerce a função de complemento da oração de que faz parte.
- 12.** No quarto parágrafo, poderia ser inserido acento grave de crase no 'a' da expressão 'a falta de conhecimento' sem prejuízo para a correção e para a coerência.
- 13.** No quarto parágrafo, na expressão 'podem criar barreiras para a participação democrática', os termos 'para a' poderiam ser corretamente substituídos por 'à', com manutenção da correção e do sentido.
- 14.** No quinto parágrafo, na expressão 'mas é preciso estar atento aos seus desafios e limitações', o termo 'aos seus desafios e limitações' exerce a função de objeto indireto.
- 15.** Na expressão 'que haja uma regulamentação adequada para garantir a transparência', o termo 'uma regulamentação' fosse substituído por 'regulamentações', o verbo precisaria ser flexionado no plural para que se estabelecesse a concordância.
- Sobre o excerto a seguir, julgue os três itens que se seguem.
- A tecnologia deve ser vista como um aliado, mas é importante lembrar que ela não pode substituir o papel fundamental dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.
- 16.** No excerto acima, o termo 'que' introduz oração com valor restritivo.
- 17.** No excerto acima, a vírgula é utilizada para separar orações subordinadas.
- 18.** No excerto acima, o termo 'na construção' poderia ser substituído corretamente e com manutenção de sentido por 'de construir'.
- 19.** Na expressão 'a falta de conhecimento sobre o uso das tecnologias podem criar barreiras', o termo 'sobre o uso' pode ser substituído por 'a cerca da utilização'.
- 20.** Na expressão 'Ambos os conceitos têm impactado significativamente o desenvolvimento social', se o termo 'os' fosse retirado, seria provocada uma incorreção gramatical.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Antônio Daud*

No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa e à Lei Anticorrupção, julgue as assertivas que se seguem.

- 21.** Considera-se ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo. A caracterização de tal conduta sujeitará o infrator à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até doze anos.
- 22.** Sabendo que determinado agente público permitiu a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, é possível concluir que estará sujeito à multa civil equivalente ao valor do dano, mesmo se possuir vínculo transitório com a Administração.
- 23.** Aplicam-se ao sistema da improbidade administrativa a que se refere a Lei 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- 24.** Em decorrência da prática de atos lesivos previstos na Lei 12.846/2013, o poder público poderá aplicar às pessoas jurídicas infratoras a pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica, independentemente da existência de culpa, a qual pode se dar por meio de processo judicial ou administrativo.
- 25.** As sanções da Lei de Improbidade aplicar-se-ão à pessoa jurídica mesmo se o ato de improbidade administrativa for também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei 12.846/2013.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Tiago Zanolla*

- 26.** O Ministério Público tem atuação repressiva e preventiva. Na primeira hipótese, visa à recomposição do dano, enquanto na preventiva ataca o ilícito ou suas dimensões, evitando sua prática ou continuidade.
- 27.** O Ministério Público, instituição permanente que desempenha atividade essencial à função jurisdicional do Estado, não é subordinado administrativamente a quaisquer dos Poderes da República, detém legitimidade para postular, em juízo, direitos individuais homogêneos.
- 28.** O Ministério Público comum abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados.
- 29.** Os membros do Ministério Público constituem um conjunto indivisível, portanto, um membro do Ministério Público do Trabalho pode substituir um membro do Ministério Público Federal.
- 30.** Aos membros do Ministério Público é vedado o exercício de qualquer outra função pública ou privada, salvo uma de magistério.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Gabriela Zavadinack*

- 31.** São instrumentos hábeis a efetivar a função distributiva o imposto de renda progressivo e a concessão de subsídios a bens de consumo popular.

32. O orçamento de desempenho é uma técnica orçamentária que evoluiu do orçamento tradicional e tem como característica principal a preocupação com o resultado do gasto e com o planejamento.

33. A existência de orçamentos autônomos, como o orçamento fiscal e o da seguridade social, está de acordo com o princípio da totalidade orçamentária, mas viola o princípio da unidade.

34. Os créditos adicionais suplementares e especiais, quando autorizados nos últimos quatro meses do exercício, podem ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente no limite do saldo não empenhado.

35. Na classificação por identificador de resultado primário, tem-se que as receitas primárias são incluídas no cálculo do resultado primário e as receitas financeiras não são contabilizadas no referido cálculo. São exemplos de receitas primárias a cota-parte de compensações financeiras e os dividendos recebidos pela União.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emanuelle Gouveia

36. As técnicas de backup mais utilizadas no mercado de uma maneira geral são: frio e quente

37. Qualquer envio de mensagem em larga escala pode ser considerado um tipo de spam.

38. Ao utilizar o Excel, um usuário digitou na célula A5 a fórmula =AGORA() Diante dessa ação, podemos deduzir que na referida célula aparecerá a data e a hora do sistema.

39. No Word, a funcionalidade Pincel permite preencher o interior de imagens e elementos existentes no texto.

40. Nas redes de computadores, podemos utilizar aparelhos comutadores para possibilitar a comunicação entre diversos aparelhos simultaneamente.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

41. Acerca das normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue o item subsequente.

As normas de eficácia contida diferem das de eficácia plena no que diz respeito à aplicabilidade imediata e irrestrita.

42. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue:

É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, mesmo em se tratando de vacinas testadas, aprovadas e registradas.

43. Em relação à organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir:

Ilha lacustre que não pertença à União pode ser bem do estado federado ou do município, a depender da localização territorial.

44. A respeito da ordem social, julgue o item a seguir.

Como forma de garantia da efetividade do direito ao meio ambiente, incumbe ao poder público definir espaços territoriais a serem especialmente protegidos, devendo a delimitação de tais espaços, bem como sua alteração ou supressão, ocorrer somente mediante a edição de lei específica.

45. Julgue o item no que tange as funções essenciais à Justiça prevista na Constituição Federal de 1988.

A avocação de atribuição de membro do Ministério Público pelo procurador-geral do órgão implica quebra na identidade natural do promotor responsável.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

46. Com base na nova lei de licitações 14.133/21, julgue o item a seguir.

Rodolfo, Chefe da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, recebera diversas reclamações dos seus subordinados. Eles alegavam que os móveis de madeira, utilizados no setor como mesas e armários, estavam apresentando deformações e rachaduras pelo efeito do tempo e uso. Assim sendo, Rodolfo, por meio de sua autoridade, instruiu a abertura de licitação, via pregão, com vistas a contratar um profissional de engenharia para o serviço comum de manutenção dos móveis, preservando as características originais dos bens.

No caso fictício em tela, a contratação do engenheiro é possível por meio do pregão, mas existe vedação com relação à sua utilização nas contratações de serviços comuns de engenharia.

47. Em relação aos recursos previstos no art. 56 da lei nº 9.874/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue o item a seguir.

Das decisões administrativas cabe recurso, sendo dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de três dias, o encaminhará à autoridade superior.

48. Em relação à Organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

A Agência Executiva é somente uma qualificação concedida por decreto, do Chefe do Poder Executivo, às fundações públicas ou autarquias que tenham celebrado um contrato de gestão com a Administração Direta.

49. Acerca do poder de polícia na Administração Pública, julgue o item a seguir considerando o entendimento dos tribunais superiores e a doutrina.

A liberação de veículo retido por autoridades de trânsito somente pela prática de transporte irregular de passageiros está condicionada ao pagamento de multas e despesas.

50. Acerca dos princípios e controle na Administração Pública, julgue o item a seguir.

Mateus, técnico administrativo estável do Ministério Público, praticou infração prevista no estatuto dos servidores públicos: retirar autos da secretaria sem autorização da chefia imediata. O Procurador-Geral da República, após processo administrativo disciplinar, aplicou-lhe a sanção de demissão. Mateus, irrisignado, recorreu ao Judiciário, pretendendo sua reintegração.

No caso fictício em tela, o Procurador-Geral da República violou o princípio administrativo da proporcionalidade. Ademais, ao Poder Judiciário cabe a análise unicamente da legalidade do ato impugnado, não podendo se imiscuir na questão de mérito administrativo.

DIREITO AMBIENTAL**André Rocha**

51. A Lei nº 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. À luz da Lei de Crimes e Infrações Ambientais, julgue o item a seguir.

Pela teoria da imputação objetiva, o funcionário público que, dolosamente, tiver omitido informação em procedimentos de licenciamento ambiental só responderá criminalmente se sua conduta estiver relacionada a dano ambiental causado pelo licenciado.

52. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Acerca da Política Urbana, julgue o item a seguir.

O Estatuto da Cidade prevê como alguns de seus instrumentos o plano diretor, o zoneamento ambiental, o direito de preempção o direito de superfície e o estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

53. Acerca dos princípios ambientais, julgue o item a seguir.

Além de faceta preventiva, o Princípio do Poluidor-pagador também possui faceta reparadora, de modo que o poluidor fica obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

54. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Segundo a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema, julgue a afirmação que segue.

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, sendo vedada que essa compensação ocorra em unidades de conservação do Grupo de Uso Sustentável.

55. A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. Com fundamento na Lei nº 12.305/2010, julgue o item.

O gerenciamento de resíduos sólidos consiste no conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS*Igor Maciel*

56. Julgue o item a seguir, acerca de relações de consumo, de acordo com o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinente.

Em caso de dissolução, por decisão judicial, da associação autora de ação civil pública, é possível a substituição processual pelo Ministério Público, de modo que se o processo foi proposto na Justiça Estadual, mas estiver em curso no Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal possui legitimidade para substituir associação.

57. Acerca da representação nas ações coletivas, julgue o próximo item.

É desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil.

58. O Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica somente foi instituído legalmente em 2010 no Brasil.

Acerca das suas disposição, julgue o item seguinte.

Nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, discriminação racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

59. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Sobre o tema, julgue o item.

Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso. Nesse sentido, é constitucional lei estadual que prevê a reserva de assentos especiais a serem utilizados por pessoas obesas, correspondente a 3% dos lugares em salas de projeções, teatros e espaços culturais localizados em seu território e a, no mínimo, 2 lugares em cada veículo do transporte coletivo municipal e intermunicipal.

60. Sobre a tutela coletiva do direto à cidade e à moradia, julgue o próximo item.

Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, sendo o título de domínio conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, desde que civilmente casados.

61. A ação popular objetiva a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

Considerando o tema, julgue o próximo item.

Compete ao STF julgar, entre outros casos, ação popular em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados, bem como ação popular proposta contra o Conselho Nacional de Justiça ou contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

62. Márcio, administrador da empresa "Carauto", celebrou contrato com a seguradora "Security" com o objetivo de que essa arque com o pagamento das indenizações caso ele seja responsabilizada por algum ato praticado na sua gestão administrativa.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Esse tipo de seguro constitui instrumento de preservação do patrimônio individual dos que atuam em cargos de direção, o que acaba por incentivar gestões corporativas inovadoras e mais flexíveis. Desse modo, esse contrato beneficia diretamente a atividade fim da pessoa jurídica, configurando, portanto, relação de consumo.

63. Acerca da prevenção e tratamento do superendividamento, julgue o próximo item.

No fornecimento de crédito e na venda a prazo, além de outras informações obrigatórias, o fornecedor ou o intermediário deverá informar o consumidor, prévia e adequadamente, no momento da oferta, de forma clara e resumida do próprio contrato, da fatura ou de instrumento apartado, de fácil acesso ao consumidor, sobre o montante das prestações e o prazo de validade da oferta, que deve ser, no mínimo, de 2 (dois) dias.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A União, para garantir cumprimento de mandado de reintegração de posse, por determinação do Ministro da Justiça, enviou a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) ao estado da Bahia, sem que o Governador tivesse solicitado, o que gerou conflito entre os entes da federação.

A respeito do caso narrado, a partir do disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens de 64 e 65.

64. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o litígio entre a União e o estado da Bahia, por se tratar de hipótese que afeta a estabilidade do pacto federativo.

65. A responsabilidade pela segurança pública, dentro do Estado-membro, é do próprio ente federativo, de modo que o envio da Força Nacional de Segurança Pública à Bahia, sem requerimento do Governador, fere a autonomia do estado e a estabilidade do pacto federativo.

66. Caso: Maria foi aprovada em concurso público para professora da rede pública, séries iniciais, dentro do cadastro de reserva. Após o fim do prazo de validade do concurso, constatando o fato de não ter sido nomeada e tendo o Estado-membro contratado professores temporários, decidiu ajuizar ação para requerer a sua nomeação. **Assertiva:** No caso narrado, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, houve decadência do direito de Maria insurgir-se contra o ato do Estado-membro.

A respeito do controle de constitucionalidade, julgue os itens de 67 a 69.

67. No controle abstrato de constitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal, não se aplicam hipóteses de impedimento e nem de suspeição de Ministro, salvo por razões de foro íntimo suscitadas pelo próprio Ministro.

68. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a perda superveniente de representação no Congresso Nacional causará a desqualificação do partido político para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

69. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) tem por objeto ato do Poder Público que causa ou possa causar lesão a preceito fundamental, razão pela qual admite-se a sua utilização para questionar enunciados de súmulas vinculantes.

O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de um terço do Senado, para modificar o efetivo das Forças Armadas e o regime jurídico dos militares. A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao processo legislativo, **julgue os itens 70 e 71.**

70. A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que proposta de emenda a respeito do efetivo das Forças Armadas e do regime jurídico dos militares é de iniciativa privativa do Presidente da República.

71. O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

Acerca das regras atinentes à organização da Administração Pública e de seus agentes públicos, julgue as próximas assertivas.

72. A aquisição da personalidade jurídica dos entes de direito privado da Administração Indireta obrigatoriamente ocorre com o registro dos seus atos constitutivos na serventia registral pertinente, desde que exista lei autorizando a sua criação.

73. Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público, admissíveis tanto no âmbito da Administração Direta quanto no da Administração Indireta, deverão ser estabelecidos em lei.

Considerando as disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos poderes da Administração Pública e dos atos administrativos, julgue as próximas assertivas.

74. A aplicação de penalidades aos servidores é uma decorrência indireta do poder hierárquico.

75. A motivação, que é um dos elementos dos atos administrativos, reflete a situação fática e jurídica que justifica a prática do ato.

76. O ato administrativo que houver completado seu ciclo de formação, estando apto para produção de seus efeitos, mas houver sido praticado em contrariedade ao ordenamento jurídico, é classificado como um ato perfeito, eficaz e inválido.

Levando em consideração as disposições da Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas federais, julgue os próximos itens.

77. A posse do servidor público, que deve ser concretizada no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento, ocorre com a assinatura do respectivo termo.

78. Embora as sanções civis, penais e administrativas, em virtude do exercício irregular das atribuições do servidor, sejam independentes entre si, a absolvição criminal repercute no âmbito administrativo, isentando o servidor de responsabilização nessa esfera.

Levando em consideração as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o próximo item.

79. O servidor que, de forma dolosa, deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades, pratica ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL + DIREITOS HUMANOS E ECA

Antônio Pequeno

80. A partir das disposições da Lei n.º 13.869/2019, acerca do abuso de autoridade, e da Parte Geral do Código Penal, julgue o item que se segue.

São efeitos possíveis, mas não automáticos, da condenação por abuso de autoridade, no caso de reincidência, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de um a cinco anos e a perda do cargo, do mandato ou da função pública

81. No que diz respeito à lavagem de capitais, julgue o item seguinte.

As três fases da lavagem do dinheiro são, nesta ordem: a ocultação, a colocação e a integração, consistindo a segunda fase em dificultar o rastreamento contábil dos recursos ilícitos a partir de sua incorporação formal ao sistema econômico, com o objetivo de retornar o dinheiro ao criminoso de forma insuspeita com verossimilhança de fonte legítima.

82. Considerando as disposições legais do Estatuto do Desarmamento e da Lei de Drogas, julgue o item que se segue.

O crime de porte de arma de fogo de uso proibido, embora seja inafiançável, é suscetível de liberdade provisória.

83. Determinado cidadão, réu primário, foi condenado a uma pena privativa de liberdade superior a 10 anos de reclusão, pela prática de um crime hediondo, sem resultado morte, tendo iniciado o cumprimento da sanção em regime fechado.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente, de acordo com a Lei de Execução Penal.

Se ostentar boa conduta carcerária, o condenado poderá progredir para regime menos rigoroso depois de cumprir 40% da pena.

84. A autoridade policial instaurou inquérito policial em virtude de crime de lesões corporais leves cometidos contra mulher no âmbito familiar. O inquérito foi relatado e enviado ao Poder Judiciário.

Considerando essa situação hipotética julgue o item seguinte.

Como se trata de crime de menor potencial ofensivo, o delegado de polícia deveria ter lavrado termo circunstanciado.

85. A respeito dos fundamentos conceituais, dos princípios norteadores e das diretrizes da Política Nacional para as Mulheres e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, julgue o próximo item.

A conceituação de violência contra a mulher no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto não depende da demonstração de coabitação.

86. Em relação à prática de ato infracional por criança e(ou) adolescente e aos procedimentos legais dela decorrentes, julgue o item subsequente com base no ECA.

Respeitado o devido processo legal, autor de ato infracional, por ser menor e, portanto, inimputável, poderá receber, como forma de sanção penal, pena de cumprimento de medida socioeducativa.

87. Julgue o item a seguir, relativos aos direitos fundamentais e às medidas de proteção aplicáveis à criança e ao adolescente segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É obrigatório o consentimento expresso do adolescente em relação à sua colocação em família substituta.

88. Em relação a aspectos relativos aos direitos humanos, julgue o item a seguir.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê o direito ao asilo ainda que o ato praticado atente contra os objetivos e princípios das Nações Unidas.

89. De acordo com o Estatuto de Roma acerca do Tribunal Penal Internacional, julgue o próximo item.

Homicídio, escravidão, tortura, gravidez forçada e *apartheid*, em determinadas circunstâncias, são crimes contra a humanidade.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

90. Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia noventa dias depois de oficialmente publicada.

91. O domicílio do militar da Marinha é o local onde o navio estiver matriculado.

92. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme o caso.

93. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no dolo, do dia em que se realizou o negócio jurídico.

94. Mariana conta com 15 anos. Maria, com 17. A prescrição corre contra esta, mas não contra aquela, porque apesar da incapacidade desta, a regra do Código Civil que impede a prescrição se aplica somente àquela, não valendo para os relativamente incapazes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

95. A respeito da petição inicial, e da preclusão à luz do processo civil, julgue o item a seguir.

Salvo se for extremamente oneroso ao autor, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

96. Sobre a revelia no processo civil, julgue o item a seguir:

Se as alegações de fato formuladas na inicial estiverem em contradição com as provas apresentadas, não haverá presunção de veracidade em caso de ausência de contestação.

97. Nos termos do Código de Processo Civil, a respeito do pedido, julgue o item a seguir:

Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, mediante pedido expresse do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou consigná-las.

98. Acerca de tutela provisória prevista no Código de Processo Civil, julgue o item a seguir.

A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.

99. A respeito da tutela provisória e aos meios de impugnação das decisões judiciais conforme o Código de Processo Civil, julgue o item a seguir:

A denominada tutela provisória não pode ter natureza satisfativa, uma vez que essa modalidade de tutela jurisdicional se presta unicamente a assegurar a futura eficácia de tutela definitiva, resguardando direito a ser satisfeito.

100. Sobre o processo de execução previsto no código de processo civil, julgue o item a seguir:

O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.

101. Sobre a penhorabilidade no processo de execução previsto no Código de Processo Civil, julgue o item a seguir:

A penhora deverá recair sobre tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, dos juros, das custas e dos honorários advocatícios. Não podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e os rendimentos dos bens inalienáveis.

102. À luz do Código de Processo Civil e do entendimento sumulado sobre o mandado de segurança, julgue o item seguinte.

A teoria da encampação pode ser aplicada no mandado de segurança, quando não existir vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.

103. A respeito da competência para impetrar mandado de segurança por associações, julgue o item subsequente à luz do entendimento sumulado.

A atuação das associações na defesa de seus associados em mandado de segurança coletivo independe de autorização.

104. Acerca da produção antecipada de provas no Código de Processo Civil, julgue o item a seguir:

A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação e a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito, ou ainda, o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 105 a 108:

Situação hipotética: Luciana, 20 anos, é cuidadora de idosos e foi contratada para cuidar de Marlene, uma senhora de 87 anos, portadora de uma série de doenças e debilitada física e mentalmente. Certo dia, durante o horário de expediente, Luciana se distraiu mexendo no celular e acabou não dando a devida atenção ao trabalho. A idosa, então, tentou se levantar sozinha da cama e acabou sofrendo uma queda, que resultou na fratura da bacia.

Acerca da situação hipotética narrada, julgue os itens abaixo:

105. Luciana deverá responder pelo crime de lesão corporal culposa, sendo um crime comissivo por omissão.

106. O prazo prescricional previsto para o crime praticado por Luciana deve ser reduzido pela metade, em razão da sua idade.

107. Poderá ser fixado o regime inicial fechado para Luciana em caso de condenação pelo crime praticado.

108. Por se tratar de crime praticado com violência à pessoa, não será cabível a suspensão condicional do processo, nem a transação penal.

Texto-base para os itens 109 a 112:

Situação hipotética: Thiago, 26 anos, tomado pela raiva em razão de ciúmes, agindo com *animus necandi*, asfixia e mata sua esposa Aline, 22 anos. O fato ocorreu na residência de ambos, dois meses após Aline dar à luz o filho do casal. Para simular uma queda, Thiago leva o corpo para o banheiro, tira a roupa da vítima e liga o chuveiro, de forma a tentar enganar a perícia criminal. Porém, os fatos são descobertos e Thiago é denunciado.

Acerca da situação hipotética narrada, julgue os itens abaixo:

109. Thiago, embora tenha praticado crime, terá redução de pena de um sexto a um terço em razão da violenta emoção.

110. O fato de a vítima ter dado à luz dois meses antes do crime funcionará como causa de aumento de pena em desfavor de Thiago, gerando aumento de um terço à metade.

111. Pela tentativa de enganar a perícia criminal, Thiago deverá responder pelo crime de fraude processual, não havendo que se falar em exercício da autodefesa nesse caso.

112. Caso reste comprovado, em exame de insanidade mental, que Thiago, em razão de doença mental, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou comportar-se de acordo com este entendimento, deverá o Juiz proferir sentença absolutória imprópria, isentando o réu de pena, mas submetendo-o a medida de segurança.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

113. Dispõe o art. 5º, inciso XXXVII da Constituição da República Federativa do Brasil que "Não haverá juízo ou Tribunal de exceção; e no inciso LIII que "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente". Tais disposições consagram o princípio da presunção de inocência.

114. As normas previstas no Código de Processo Penal de natureza híbrida ou mista, ou seja, com conteúdo de direito processual e de direito material, devem respeitar o princípio que veda a aplicação retroativa da lei penal, quando seu conteúdo for prejudicial ao réu.

115. Durante o trâmite de um Inquérito Policial instaurado para apuração de crime de homicídio tentado a vítima apresenta requerimento ao Delegado de Polícia para realização de uma diligência que entende ser útil para apuração da verdade real. O Delegado de Polícia, entendendo ser impertinente o requerimento e a diligência solicitada, deixa de realizar a diligência, em razão do caráter de discricionariedade do Inquérito Policial.

116. Em caso de ação penal privada, oferecida queixa-crime perante a autoridade judiciária competente e iniciada a ação penal, se o querelante deixou de promover o andamento do processo por mais de 30 dias, em decorrência de sua inércia, perderá o seu direito de continuar no processo, extinguindo-se, por consequência, a punibilidade do agente.

117. Acerca da disciplina sobre prisão em flagrante, analise o item a seguir. Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. E, em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, esta será comunicada ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

118. De acordo com a Lei 9.099/1995 analise o item subsequente. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado. E não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

119. Com relação ao processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos responda o item que segue. De acordo com o Código de Processo Penal, nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, quando afiançáveis, o prazo de resposta por escrito do acusado, antes do recebimento da denúncia ou queixa, é de 10 (dez) dias.

120. Sobre o *habeas corpus* e seu processo, de acordo com o Código de Processo Penal, considere a seguinte assertiva: A utilização do *habeas corpus* é assegurada ao agente que responde processo por infração penal, a que a pena pecuniária seja a única cominada ou contra decisão condenatória a pena de multa.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
